

Famílias e migrações: Exploração de róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760)

César Filipe da Silva Araújo
cesararaujo1994@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem como principal objetivo o levantar de hipóteses sociodemográficas para a história de uma freguesia rural do Entre Douro e Minho durante o século XVIII.

Com base nos róis de Confessados, levantaram-se, e analisaram-se alguns dados que permitem estabelecer uma evolução da estrutura populacional, da configuração familiar e da mobilidade geográfica da paróquia de Santiago de Bougado, do Concelho da Maia, Termo da Cidade do Porto. Usando quadros de referência e adotando metodologias usadas por outros autores, reutilizando as mesmas fontes, o estudo tem como objetivo a comparação dos dados obtidos, com outros, de âmbito regional, nacional e até internacional, procurando interpretar a realidade daquela freguesia num âmbito supralocal.

Palavras-chave: famílias, migrações, demografia histórica, Santiago de Bougado, tipologia de Cambridge, Antigo Regime.

Abstract

This study aims to raise sociodemographic hypothesis for the history of the rural parish of Santiago de Bougado, settled in the historical “Entre Douro and Minho” space, county of Maia and under the Porto town jurisdiction, in the 18th century.

Based on the analysis of an ecclesiastical source, the lists of confessed habitants, it was possible to reconstruct the evolution of the population, the families structure and the geographical mobility of its residents using a conceptual and methodological framework adopted by other regional, national and even international studies, trying to interpret the local in a larger and comparative view.

Keywords: family, migration, historical demography, Santiago de Bougado, Cambridge typology, Ancien Régime.

Introdução

Apesar deste trabalho não apresentar, nem tratar fonte ou tema inéditos, tem como principal intuito lançar um novo olhar sobre realidades já conhecidas¹, procedendo a um exercício de análise, problematização e reflexão, procurando acrescentar um olhar mais fino na exploração de uma fonte informativa próxima das comunidades do passado – os róis de confessados.

O tempo, a época moderna, o seu final, foi marcado por uma transformação da cosmovisão europeia, em grande parte devido ao alargamento dos horizontes geográficos. Uma das primeiras consequências dessas mudanças, e que se relaciona com todas as outras, diz respeito à demografia porque entre os séculos XVI e XVIII há um crescimento demográfico e urbano significativo, uma mobilidade crescente. Fernand Braudel confirma esta transformação, considerando que, se até aí os aumentos populacionais eram precedidos de quebras demográficas num sistema de fluxos e refluxos populacionais, apelidado pelo autor de “*sistema de marés*”², a partir de 1750 essa expansão demográfica não conheceria regressão. Este progresso liga-se ao aumento da produção e trocas, da cultura de terras até aí incultas, de melhores anos agrícolas ligados aos melhores anos climáticos, em suma aos progressos técnicos, económicos e médicos, mesmo que estes fossem modestos. As sociedades europeias encontram novas formas de responder a esta pressão demográfica³, através da conquista de novos espaços a que corresponderia uma muito maior mobilidade das populações.⁴ Esta conquista fazia-se em dois campos: no interno, reclamando terras dentro dos próprios reinos, e, externamente, com a ocupação dos territórios ultramarinos, processo seguido por Portugueses, Espanhóis, Ingleses, Franceses, Holandeses. Os próprios Russos ocupam a Sibéria neste período⁵. Em suma, estamos perante uma crescente realidade à escala europeia (com algumas exceções). Vista por alguns como um processo a montante, e, por outros, a jusante do crescimento

¹ No caso da comunidade de Santiago de Bougado, há já um profundo trabalho de Jorge Alves: Jorge Alves, *Uma comunidade rural do vale do Ave: S. Tiago de Bougado 1680 – 1849 (estudo demográfico)*. [Dissertação de Mestrado], (Universidade do Porto, 1986).

² Fernand Braudel (ed.), *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. (Lisboa: Teorema, 1979), vol. I, 17-18.

³ Até aí a peste, as guerras, a fome eram a forma de equilíbrio populacional. Ou seja, a morte era no *Ancien Régime* o mecanismo de equilíbrio demográfico.

⁴ Braudel, *Civilização Material*, I, 17.

⁵ Braudel, *Civilização Material*, I, 76.

populacional, todos concordam, no entanto, com esta abertura dos horizontes geográficos.⁶

Apesar de interessante e significativa, a realidade não será assim tão linear no território português, como afirma António Oliveira.⁷ As sociedades locais, para o período anterior ao século XVIII, eram marcadas pelo imobilismo, e quando se movimentavam, era essencialmente para locais muito próximos, "*dentro do raio sonoro do sino da igreja da aldeia*". Este imobilismo é justificado pelo facto dessas comunidades viverem essencialmente do autoconsumo, sendo a sua aldeia o lar e local de trabalho ao mesmo tempo. O mesmo foi compreendido noutras leituras exploratórias, por ser um período particular da história de Portugal (a expansão ultramarina), com diversas mutações económico-sociais, este trabalho pretendia testar as relações populacionais, entre duas localidades próximas, Vila do Conde⁸, e Santiago de Bougado, em que a primeira, como importante porto da empresa dos descobrimentos, seria atrativa para a segunda. Contudo, esta dedução rápida não incluía toda a complexidade comunitária e familiar inerente às mudanças de território, o imobilismo das sociedades locais, e as relações económicas, jurisdicionais, sociais entre região emissora e recetora.

A investigação encaminhou-se no sentido de captar esta imagem da mobilidade populacional, as suas razões e lógicas, procurando a relação entre realidades específicas de cada comunidade e os comportamentos migratórios. Como tal, um dos aspetos analisados para Santiago de Bougado foi o das estruturas de onde são oriundos os migrantes, a comunidade, ou mais concretamente as famílias (estrutura nuclear destas). A ponte entre comportamentos demográficos, nomeadamente a mobilidade geográfica, e as realidades comunitárias ou individuais, tem de ser feita numa lógica de cruzamento com os contextos históricos (sociais, políticos e ambientais).

Nas últimas décadas houve importantes avanços no campo da história da família, destacando-se os estudos de Robert Rowland⁹, sobre os agregados domésticos enquanto realidades funcionais e sistémicas, e de Norberta Amorim¹⁰ sobre a realidade

⁶ Carlo Maria Cipolla. *História económica da Europa pré-industrial*. (Lisboa: Edições 70,1991), 188. Braudel, *Civilização Material*, I, 17, 43 e 76.

⁷ António Oliveira, "Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900". *I Conferência Europeia de la Comisión Internacional de Demografía Historica: Actas*. Santiago de Compostela: CIDH, 1993, 85-120.

⁸ Amélia Polónia, *A expansão Ultramarina numa perspetiva local: O Porto de Vila do Conde no século XVI* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007), I. e Jorge Alves, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* (Porto: Gráficos Reunidos Lda,1994).

⁹ Robert Rowland, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada", *Ler História*, 3, (1984): 13-32.

¹⁰ Norberta Amorim, *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII – Estudo Demográfico* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973).

socioeconómica e cultural das comunidades estudadas, alargando o âmbito de estudo das famílias à paróquia.

Para o estudo das populações é fundamental uma clara visão não só da dimensão da família e da comunidade, mas também da ponte entre as duas temáticas. Um dos indicadores mais marcantes da realidade individual e social de uma população é a mobilidade, uma vez que esta reflete características do indivíduo e da sua comunidade. Nesse sentido, o estudo de todos os tipos de migrações oferece uma caracterização das comunidades e indivíduos, cruzando os dados puramente demográficos com os contextos e conjunturas históricas.

Assim, é importante o estudo da emigração, sendo que sobre esta sobressaem estudos sobre o volume e composição sociodemográfica, essencialmente para o século XIX¹¹. Contudo, para o século XVIII¹² (e anteriores) existem estudos na longa duração e de grande amplitude espacial, ou mais concentrados no espaço. São trabalhos centrados numa análise macro-demográfica, mas com importantes capítulos dedicados ao aspeto das migrações.

Contudo, a demografia histórica tem dado grande atenção à temática da emigração para fora das fronteiras nacionais/do reino, conhecendo poucos avanços relativamente ao tema da mobilidade interna, aspeto que acaba por ter um peso mais significativo do que aquele que é hoje atribuído (são por vezes justificação para a emergência dos centros urbanos, adaptação das regiões emissoras, ou mesmo a comportamentos familiares, especialmente no que toca à transmissão do património). Este "olhar menos atento" para o fenómeno da mobilidade interna é um dos efeitos do mundo do historiador, sobre ele mesmo. A mobilidade geográfica, na sua faceta interna, está ainda ligada a fenómenos como migrações de longa distância, na medida em que representam uma primeira fase das mesmas. Por outro lado, a historiografia tem concentrado os seus estudos em dados essencialmente seriais ou estatísticos, ignorando o estudo, articulado, do indivíduo ou famílias enquanto protagonistas destes fenómenos. De ressaltar que tal se verifica pela limitada disponibilidade de fontes

¹¹ Maria Antonieta Cruz, "Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil – Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX", *Revista de História*, VII (1986): 7-134; Jorge Fernandes Alves, "Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, IX, (1989): 267-289; Alves, *Os Brasileiros*; Patrícia Goldey, "Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho: 1876-1976". *Análise Social*, 1.^a, 2.^a, 3.^a série (1983): 987-993.

¹² Raros exemplos como: Fernando Sousa e Jorge Alves, *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos* (Lisboa: Editorial Presença, 1987). Maria de Lurdes Neto, *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1.º quartel do século XVIII: Ensaio de demografia histórica* (Lisboa: INE – Centro de Estudos Demográficos, 1959).

(desaparecidas), embora sejam muitos os vestígios do passado que nos podem oferecer esta imagem, articulando testemunhos fiscais, religiosos, militares ou mesmo notariais. Num estudo sistemático deste tipo de fontes é possível reconstruir caminhos migratórios e histórias familiares.

Centramo-nos aqui na comunidade rural do Entre Douro e Minho, Santiago de Bougado, na sua face demográfica, social e familiar (caminhando de quadros de observação gerais, para os particulares). Através destas articulações podemos responder, ainda que provisoriamente, às problemáticas levantadas. Ou seja, quais as características das famílias de Santiago de Bougado e qual o significado das migrações, a existirem, para essas mesmas. Para a construção da imagem desta comunidade nos meados do século XVIII foram utilizadas fontes coevas capazes de nos darem uma "fotografia" da comunidade (sistemática e pontualmente). Felizmente, para o século XVIII, em Portugal dispomos de duas grandes fontes representativas das realidades locais, a nível demográfico: os Róis de Confessados, fonte de levantamento sistemático e profundo de cada freguês, no âmbito do registo anual, no período quaresmal e pelo pároco, dos fregueses daquela paróquia; e as próprias Memórias paroquiais de 1758, um retrato das paróquias do Reino, a todos níveis (demográfico, religioso, natural, orográfico, cultural, etc.) em resposta ao inquérito realizado pela Coroa e enviado aos bispos e destes aos párocos, cuja resposta seguiu o mesmo circuito. Aqui, utilizamos alguns¹³ Róis de Confessados para o período entre 1744-1760¹⁴, e ainda a Memória Paroquial de 1758 relativa à paróquia.¹⁵

Foram os róis de confessados a nossa fonte primordial ao longo do estudo, uma vez que para além de uma visão estatística dos vários aspetos demográficos, permite o descer ao social da comunidade, ao descrever os laços de parentesco, "*complementado a análise longitudinal de carácter biológico*".¹⁶ Graças à descrição família por família é possível uma imagem da tipologia familiar prevaiente em cada comunidade. Por outro

¹³ Para ser mais preciso, foram utilizados os róis de 1744, 1747, 1749, 1750, 1758, 1760. A opção recaiu sobre estes anos, por um lado pela ausência ou inlegibilidade dos restantes róis, e por outro, por uma opção metodológica que permitiu ter vários recortes de tempo de análise, mais curtos ou mais extensos. A escolha deste período final do século XVIII, prende-se em primeiro com a existência, em certa abundância de róis de confessado, e por outro, pelo facto de ser pelos anos 40 e 50 deste século que se dá a construção da Igreja Paroquial, obra que devido à sua dimensão provocaria algumas mudanças no seio da comunidade. E ainda porque permitiria cruzar com a Memória Paroquial de 1758.

¹⁴ Disponível em suporte digital no Arquivo Municipal da Trofa: Rol de Confessados. AMT, Paróquia de Santiago de Bougado, PT/CMTRF/PRQ/PTR02. Os originais encontram-se no Arquivo Paroquial de Santiago de Bougado. (não descrito arquivisticamente)

¹⁵ Disponível em: Memória Paroquial/Dicionário Corográfico de Portugal. ANTT, Bougado – Maia, PT/TT/MPRQ/7/52.

¹⁶ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 23.

lado, o registo dos ausentes, permite uma visão aproximada do significado da mobilidade geográfica, sendo que para uma visão abrangente desta realidade só possível com o cruzamento de outras fontes. Permite ainda, através das mudanças na toponímia, seguir e perceber a evolução da geografia da paróquia, com o aparecimento, alongamento ou desaparecimento de ruas ou lugares.

Tendo em conta os objetivos do presente estudo e as características das fontes atrás enumeradas, a base metodológica assentou na exploração sistemática dos Róis de Confessados da Paróquia de Santiago de Bougado, dos anos de 1744,1747,1749,1750,1758,1760, procedendo-se à inventariação de todos os lugares, com atribuição de número de fogo e indicação dos moradores, encimados pelos cabeças de casal e restantes indivíduos, hierarquizados em função dele. Tudo isto traduziu-se na elaboração de tabelas de dados, onde foram inseridos e transcritos dados empíricos, a partir dos quais foi possível analisar a evolução demográfica da freguesia e a sua estrutura familiar e social, com a transformação dos mesmos em metadados (gráficos, tabelas, quadros de síntese). Nestas tabelas de dados, para além de inseridos os campos presentes na própria fonte (maior, menor, idade, lugar) foram acrescentados outros campos, adaptados ao longo do projeto mercê do levantamento de novas questões. Todo este caminho baseou-se no reconhecimento da importância da Demografia Histórica dentro da historiografia, tal como Pierre Chaunu referiu: "Toda a ciência humana, sem uma possante base demográfica, não passa de um frágil castelo de cartas; toda a História que não recorre à Demografia, priva-se do melhor instrumento de análise".¹⁷ Os estudos demográficos são uma base fundamental para estudos de vária índole: história social, história da família, histórica cultural e económica, etc. Contudo aqui centramos o nosso estudo na mobilidade geográfica, por vezes respaldada em trabalhos de análise demográfica mais alargados (focando variáveis como: nupcialidade, fecundidade, mortalidade e etc.), apesar de por si só representar diversas realidades sociais, económicas ou até políticas.

Apesar de âmbito local, este estudo não se limita a tal, uma vez que tratando da mobilidade geográfica vai estabelecer obrigatoriamente relação com outras realidades geográficas. Efetivamente, é objetivo deste estudo concentrar-se na história local, dada a importância dos pequenos estudos locais para o conhecimento da nação, como reconheceu Orlando Ribeiro: "Elaborar e dar à estampa uma monografia local é trabalho

¹⁷ Antoine Michel e Pierre Chaunu, "Histoire, science sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne", *Société d'édition d'enseignement supérieur*, IV (1974): 291.

de grande mérito (...) importa ao conhecimento da nação".¹⁸ Ao estudar as famílias enquanto estrutura, e a mobilidade geográfica enquanto fenómeno social, reconstruiu-se parte desta história local. Para além de pretender ser um acréscimo à historiografia do reino, é objetivo deste estudo trazer à luz novos dados, que contribuam para o evoluir da demografia histórica em Portugal, bem como o estudo da tipologia familiar. Daí a fina análise dos róis de confessados de uma pequena comunidade.

1. A Comunidade de Santiago de Bougado

A paróquia de Santiago de Bougado está atualmente inserida na União de Freguesias de Bougado (Santiago e São Martinho), parte integrante do concelho da Trofa (desde 1998). Situa-se na margem esquerda do rio Ave, a meio caminho entre Santo Tirso e Vila do Conde. Apesar de hoje ser parte do concelho da Trofa, na época em estudo, segunda metade do século XVIII, esta mesma freguesia fazia parte das Terras da Maia. Segundo as memórias paroquiais de 1758, Santiago de Bougado "*fica na Província do Entre Douro e Minho, pertence ao Bispado e cidade do Porto, Comarca da Maya, e termo da dita cidade*". Desta paróquia faziam parte sete lugares/aldeias, segundo as mesmas memórias: "*Cedoy, Trofa, Lantemil, Ciday, Maganha, Bayrros, e Lagoa e dentro deste Ee que está*". Os próprios róis de confessados apresentam-se seccionados por estes lugares, sendo hoje em dia reconhecidos como aldeias.

A nível religioso não se sabe de quando a criação da paróquia de Santiago de Bougado, sendo certo que esta já existia aquando da transferência do padroado, da posse da coroa para o Bispo do Porto em 1227.¹⁹ Ainda segundo António Cruz, nas inquirições de 1258 João Martins diz que esta pertencia agora ao Cabido da Sé do Porto, o assim permaneceu até pelo menos meados do século XVI.²⁰

Do ponto de vista geográfico e viário, a paróquia sempre foi um ponto de passagem nas redes viárias, "um povoado de circulação"²¹, sendo atravessada pela via romana e medieval, mais tarde a estrada real, hoje em dia pela nacional 14. Hoje, como nos tempos idos, fazia articulação entre Porto e Braga, "com a travessia do Ave a Vau ou a de Barca".²²

¹⁸ João Vieira de Rezende, *Monografia da Gafanha* (Coimbra: Instituto Para a Alta Cultura, 1944), 1.

¹⁹ António Cruz, *Nasoni: Arquitecto da Igreja de Bougado* (Porto: Cadernos Portucale, 1985), 27.

²⁰ Cruz, *Nasoni*, 33.

²¹ António Cruz, *O Reguengo de Bougado* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1982), 36.

²² Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 46.

Do ponto de vista geomorfológico, tal como notado por Jorge Alves, "a proximidade do mar determina o clima da região em que se insere, enquanto o relevo e os acidentes hidrográficos moldam a paisagem".²³ A observação do Pe. Tomás Barbosa, redator da memória de Santiago de Bougado, dá a visão de um vale encravado, "está situada em campina baixa, donde se não descobrem povoações algumas, só sim alguns montes de outras freguesias".²⁴ O sentido da ocupação humana está intimamente ligado à qualidade agrícola, sendo por isso de prever um maior povoamento junto ao rio Ave (maior irrigação, solos mais férteis).

A forma como era explorada a terra é uma imagem da própria realidade familiar. No Antigo Regime, Santiago de Bougado integrava o reguengo da Maia, tendo como donatários no século XVIII os Condes de Alva.²⁵ Foi a enfiteuse o instrumento jurídico, que permitiu o acesso ao domínio útil das terras pela parte dos fregueses, "sendo a maioria dos casais constituídos por prazos, geralmente de natureza perpétua ("fateozim perpétuo" nos documentos notariais), mas nem sempre".²⁶ O casal constituía então a unidade económica base, muitas vezes associada à família, assegurava a produção, provia as prestações foreiras e o consumo.

Uma economia baseada numa produção agrícola muito ligada à produção dos cereais e sua transformação, a existência de grande número de azenhas ao longo do Rio Ave e mesmo os cursos de água mais modestos, são testemunho dessa atividade. Das bouças e mato retiravam estrume para a cama dos animais e adubo para as terras, lenha para as lareiras. Toda esta exploração se dava num contexto de fragmentação contínua da propriedade, com a dispersão de parcelas intimamente ligadas às suas capacidades agrícolas, facto comprovado por Jorge Alves através dos vários instrumentos de transmissão de património estudados.²⁷ Tal como certificam as memórias paroquiais, o milho, integrado num sistema de policultura tradicional da região, associado ao feijão, eram as produções preponderantes, produzindo-se ainda Trigo e vinho de tipo enforcado.²⁸ Contudo a viabilidade dos casais dependia da pecuária, como atestam as ofertas obituárias (galinhas, gado bovino, ovino e suíno).²⁹

²³ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 42.

²⁴ Disponível em: Memória Paroquial/ Dicionário Corográfico de Portugal. ANTT, Bougado – Maia, PT/TT/MPRQ/7/52.

²⁵ P. Agostinho de Azevedo, *A Terra da Maia (subsídios para a sua monografia)* (Porto, 1939), vol. I.

²⁶ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 46.

²⁷ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 46.

²⁸ Cruz, *Reguengo*, 55-62.

²⁹ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 42.

Para o esboço do quadro socioprofissional recorreu-se novamente à tese de Jorge Alves, onde foi feito um cruzamento dos dados dos róis de confessados com lista de ordenanças e livros de manifesto de gado. Apesar da limitação das fontes, o autor conseguiu extrair dados relativos a 173 chefes de família do sexo masculino, para o ano de 1780³⁰ (sendo que a população masculina na altura rondaria os 242 indivíduos. Estando excluídos menores de 14 anos e criados), destes o autor concluiu:

- 79% destes tinham uma atividade ligada agricultura, com o predomínio dos lavradores (80 de 118), restando 23 seareiros e 15 jornaleiros;
- 13% estavam ligados ao artesanato, sendo na sua maioria alfaiates e carpinteiros;
- 8% deste grupo analisado exercia uma atividade ligada aos serviços, com predomínio claro dos clérigos;³¹
- alguns indivíduos ligados às atividades do artesanato e serviços trabalham a terra com o seu grupo doméstico.³² Para exemplificar esta realidade, o autor dá o exemplo de uma família de tipo alargado (ascendentes, colaterais e criados), em que o cabeça era um cirurgião, e possuía 9 cabeças de gado e 2 juntas de bois.

Esta breve reflexão permitirá enquadrar os comportamentos demográficos e familiares num contexto ecológico, económico e social da comunidade, como se verá.

2. População de Santiago de Bougado à luz dos Róis de Confessados

Um estudo de demografia histórica pretenderia uma reconstrução das populações através da avaliação de taxas de mortalidade e natalidade da compreensão de variáveis como a nupcialidade. Contudo, concentrando-se este estudo na exploração de róis de confessados a compreensão das dinâmicas populacionais teve de ser feita de forma genérica e limitada, pelo que limitamo-nos a avaliar os efetivos populacionais

³⁰ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 55-57.

³¹ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 57.

³² Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 59.

registados nos róis de confessados, sabendo à partida que a população total atingiria um número superior.³³

Tabela 1. População registada (1744-1760)

	1744	1747	1749	<u>1750</u>	<u>1758</u>	1760
Cedões	54	54	54	56	55	59
Trofa	53	52	50	40	46	46
Lantemil	49	51	44	51	54	50
Cidai	168	170	163	151	174	159
Maganha	104	102	91	95	90	90
Bairros	113	111	106	108	122	119
<u>Lagoa</u>	274	285	285	290	301	281
Totais	815	825	793	791	842	804

Fonte: Róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760).

Através de uma recolha sistemática dos dados foi possível chegar à Tabela 1, que mostra a evolução do registo de fregueses por lugares no período de estudo (1744-1760), aproximando-nos da evolução demográfica da paróquia. Assim sendo, podemos notar como o registo de fregueses não sofreu grandes variações ao longo de todo o período; contudo, são patentes oscilações positivas e negativas, de pouca relevância, sendo que no período 1750-1758 o crescimento é notório: mais 51 registos. Por outro lado, antevemos uma macrocefalia na paróquia, com uma enorme prevalência do lugar da Lagoa (sede da paróquia).

Estas normais variações nos efetivos registados poderão ser reflexo de pelo menos três aspetos, se excluirmos a possibilidade de um registo deficiente, o que não parece ser o caso: crescimento da mortalidade, que leva a um decréscimo no registo; crescimento da natalidade que corresponderia um aumento no registo; e ainda o saldo migratório que tanto podia significar um crescimento como um decréscimo. Recorrendo ao já referido trabalho de Jorge Alves³⁴, percebemos que as taxas brutas de natalidade eram, nesta comunidade, baixas. Uma vez que os valores normais para o Antigo Regime

³³ Nomeadamente os menores de confissão, menores de 7 anos, e ainda todos aqueles que não professassem o catolicismo romano.

³⁴ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 64-66.

rondariam os 36,5 ‰ (valor do ano de 1700), verificavam-se taxas brutas de natalidade a rondar os 26,3 ‰ em 1744 e os 23,3 ‰ em 1765.³⁵ Assim sendo, a baixa natalidade poderá ser fator explicativo deste decréscimo no registo populacional. Por outro lado, as taxas brutas de mortalidade apresentam-se muito próximas da T.B. Natalidade (32.6 ‰ em 1744 e 23.2 ‰ em 1760)³⁶ o que, conjugado com as primeiras, corresponderia a um decréscimo populacional muito mais significativo. Tal não se verificou, uma vez que um saldo migratório positivo permitiu um equilíbrio demográfico³⁷, já aqui podemos antever um dos papéis fundamentais da mobilidade geográfica: o papel de equilíbrio demográfico das comunidades.

Na medida em que os róis de confessados nos oferecem os registos seccionados por aldeias/lugares, foi possível atestar uma certa falta de homogeneidade na evolução de lugar para lugar, hipoteticamente como reflexo de fenómenos como a mobilidade geográfica (endógena ou exógena), e ainda de contextos endémicos ao próprio lugar. Lugares como Trofa e Maganha têm quase como constante a perda de indivíduos, com exceções pontuais, incapazes de inverter a tendência negativa.³⁸ Por outro lado, lugares como Cedões e Bairros aumentam os seus efetivos, fruto da mobilidade geográfica (neste caso positiva, recebem população, como se verá) e ainda de um equilíbrio das variáveis demográficas.³⁹ O lugar da Lagoa, apresenta-se como um pólo agregador, que aumenta, quase que constantemente, o número de habitantes e de fogos; podendo muitas das vezes ser o local recetor da população de outros lugares, isto porque para além de ser o centro da paróquia (local da Igreja), apresenta características ecológica e produtivas atrativas⁴⁰, e ainda porque, entre 1752 e 1762, se dá a construção da Igreja Paroquial, obra com significativa dimensão, e como tal criadora de dinamismo económico e laboral. Este facto estaria de acordo com aquilo que a historiografia foi escrevendo acerca da mobilidade geográfica interna, de que esta decorre essencialmente num quadro de vizinhança. Para António Oliveira estas mudanças de aldeia são comuns e podem ser vistas como uma "migração"⁴¹, sendo o primeiro passo (teste) para migrações de maior distância.

³⁵ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 67.

³⁶ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 67.

³⁷ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 67.

³⁸ Ambos os locais se encontravam em eixos viários, utilizados pelos fluxos migratórios.

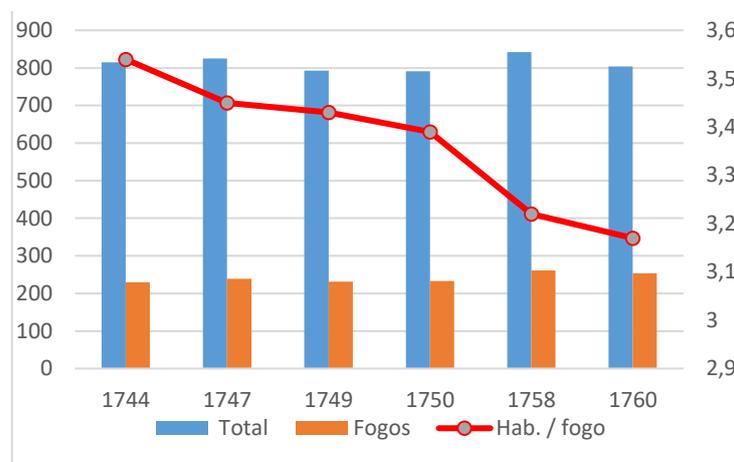
³⁹ Uma visão mais clara destas só é possível através de uma exploração sistemática dos registos paroquiais.

⁴⁰ Dada a sua posição numa campina baixa, junto ao rio Ave.

⁴¹ Oliveira, *Migrações internas*, 90.

A par da evolução do registo de indivíduos é importante observar a evolução do número de fogos registados, na medida, em que se apresentam como visões complementares. O cruzamento destas realidades permite compreender se as oscilações correspondem a mudanças no número de indivíduos por fogo ou, por

Gráfico 1. Relação habitantes/fogo



Fonte: Róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760).

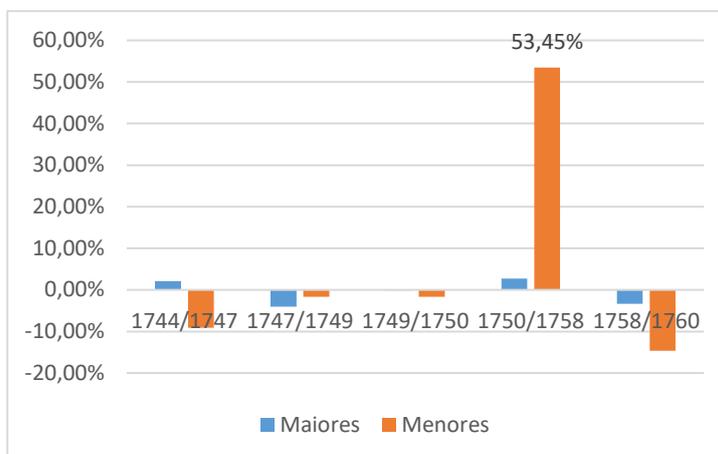
outro lado, no aparecimento e desaparecimento de agregados. Das possibilidades levantadas atrás, podemos através da observação do Gráfico 1, notar que o número de fogos acompanha a evolução geral da população. Isto permite-nos concluir que estamos perante o aparecimento e desaparecimento de fogos ou ainda da mudança de tipologia de fogo. Tendo isto em mente, podemos equacionar estarmos perante um fenómeno de mobilidade geográfica, uma vez que a diminuição do registo de fogos, normalmente, não corresponderia à morte de todos os seus elementos mas antes à mudança de Paróquia do agregado. Podemos ainda observar um constante decréscimo do número médio de habitantes por fogo mesmo em períodos de crescimento populacional, como é exemplo o intervalo 1750/1758. Este decréscimo, apesar de não muito significativo, poderá ser espelho de uma maior capacidade de acesso ao domínio útil da terra, traduzindo-se assim na criação de mais agregados, fundando um novo fogo. Esta capacidade poderia ser justificada pela saída de algumas famílias da paróquia. Por outro lado, esta diminuição no número médio de habitantes por fogo pode ser reflexo da passagem de agregados complexos para agregados simples ou mesmo isolados.

Mais uma vez a macrocefalia da paróquia faz-se sentir com um predomínio claro do lugar da Lagoa, que consegue um acréscimo de cerca de 20 fogos no curto espaço de 16 anos. Este facto poderá estar relacionado com as características ecológicas e produtivas explicadas atrás, mas ao mesmo tempo reflexo da construção da Igreja Paroquial, que se prolonga de 1754 a 1762, como também se escreveu atrás. No sentido inverso, temos lugares como Lantemil, Maganha e Bairros que conhecem uma quebra

nos seus efetivos, pouco relevantes, podendo ser justificadas com a mudança de agregados para o pólo da paróquia, Lagoa como explicado.

Ainda na análise populacional da comunidade, os róis de confessados permitem-nos uma visão etária, expressa em dois grupos: os maiores e menores de confissão.⁴² De fora deste recenseamento ficam os menores de 7 anos. Apesar destas lacunas, tentamos então estabelecer comparações entre o peso dos maiores e menores da população recenseada.

Gráfico 2. Oscilações percentuais de maiores e menores



Fonte: Róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760).

Os resultados obtidos apontam para um peso excessivo dos maiores, em média representam 91.64% da população avaliada, sendo que o valor mais baixo se situa nos 89.43% de 1758. Apesar do peso excessivo de maiores na comunidade de Santiago de Bougado, os números desta apresentam-se mais baixos relativamente a outras comunidades, como por exemplo a freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira em Lisboa, que apresenta como média de maiores de 92.7%, e como mínimo registado 90.7% para 1754.⁴³ A ausência de dados mais pormenorizados sobre a estrutura etária da população inviabiliza o ajuizar sobre juventude ou envelhecimento da população.

Apesar do enorme peso dos maiores na população total, através da observação do Gráfico 2, que mostra as variações percentuais das categorias de maiores e menores, podemos notar um crescimento da categoria de menores no período entre 1750 / 1758, de 53.45 % num espaço de 8 anos, que merece uma atenção especial da nossa parte, uma vez que apesar de minoritário este grupo têm um crescimento muito acima de todos os outros aspetos analisados.⁴⁴ Tendo em vista a explicação deste fenómeno recorreu-se aos dados recolhidos por Jorge Alves nos registos paroquiais⁴⁵

⁴² Menores de confissão dos 7 anos, até aos 11/12; e maiores de confissão de 11/12 até à morte ou ausência de registo.

⁴³ Ana Rita Coelho Ribeiro, "Aspetos sociodemográficos da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira." *População e Sociedade*, 1 (1995): 249.

⁴⁴ Nomeadamente, maiores, total da população, ausente e fogos.

⁴⁵ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 212-214.

procurando obter, em variáveis como mortalidade e natalidade, justificações para o comportamento no registo de menores. Destes registos selecionou-se o corte cronológico 1738-1751, uma vez que são estes os registos correspondentes aos menores do período 1750/1758.

Através dos registos paroquiais, podemos observar picos de nascimentos em 1743, 1744 e 1750, o que poderia justificar, em parte, este crescimento do número de menores. Para isso teríamos de ter em conta que o pico de mortalidade nos anos de 1745 e 1751 afetou essencialmente o grupo etário dos maiores. Contudo, esse pico de mortalidade parece não ter afetado tanto assim o grupo dos maiores, uma vez que o seu número cresce ligeiramente entre 1750/1758, aliás único intervalo positivo em todo o período analisado.

Outra hipótese justificativa para este crescimento de menores é o aumento de famílias com mais de um filho menor. Seria uma explicação plausível, uma vez que para o mesmo número de adultos corresponderia um maior número de menores. Essa imagem não apareceria nos registos uma vez que o intervalo intergenésico obrigaria a uma repartição de registos por vários anos, no caso de filhos do mesmo casal.

Através da Tabela 2 – Famílias com menores, podemos observar esse crescimento de famílias com mais do que um filho. As famílias com dois ou mais filhos têm um crescimento superior a 50%, o que explica em parte o aumento no registo de menores. Uma análise mais fina, fogo a fogo, esclarece este aumento de menores por agregado. Da observação de famílias com 3 filhos menores, conseguimos perceber que

Tabela 2. Famílias com menores

	1 menor	2 menores	3 Menores
1750	35	7	3
1758	39	14	7

Fonte: Róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760).

algumas dessas surgem em 1750 com a presença de servidores, criados e escravos, mas em 1758 esses mesmos são "substituídos" por filhos. Isto pode demonstrar que os filhos atingindo a maioridade de confissão e comunhão tornam-se numa peça fundamental na lógica familiar, assumindo o seu papel como mão de obra útil. Por outro lado, a chegada de novos agregados à paróquia poderá justificar este crescimento do número de menores; esta visão é corroborada, como já vimos atrás pelo aumento do número de fogos entre 1750/1758. Se tivermos em conta que estes agregados traziam consigo menores de confissão então teremos mais uma hipótese justificativa. Contudo, essa acaba por ser contrariada em parte, uma vez que o acréscimo de menores entre

1750 e 1758 é de 31 indivíduos, 30 desses correspondem a famílias que já viviam na paróquia em 1750 – Tabela 2. Nesse sentido, a migração de famílias para a paróquia apenas resultou no acréscimo de um menor, sendo este fenómeno resultado de alterações endógenas à comunidade.

Em suma, podemos ver que a evolução do registo de maiores e menores é genericamente equiparada, tirando alguns picos no registo de menores (positivos e negativos), justificados por um lado pelas variações da taxa de natalidade, por outro lado pelo comportamento mais ou menos significativo da mortalidade infantil (fenómeno corrente no Antigo regime). Esta análise de segmentos etários permitiu ainda observar como essas famílias adaptam as suas lógicas em função do número de filhos, e das suas idades, acima de tudo servindo-se destes para as suas atividades produtivas.

Ficou ainda patente como as migrações servem como fenómeno de equilíbrio demográfico no seio das pequenas comunidades, e das próprias famílias (como mais à frente ficará bem claro). Mesmo os lugares, micro realidades, assumem estes comportamentos, daí a macrocefalia do lugar da Lagoa. Dentro das próprias famílias, já é possível deslumbrar o papel de cada elemento, em cada idade.

3. Organização comunitária: as famílias

O estudo dos róis de confessados permite a convergência do espaço público dos lugares, para o mais recôndito agregado doméstico. Oferece-nos outro alcance para a compreensão dos agrupamentos nucleares e da própria paróquia, através da classificação dos fogos, atendendo à sua composição

Tabela 3. Tipologia de famílias por anos

	<i>Tipo I</i>	<i>Tipo II</i>	<i>Tipo III</i>	<i>Tipo IV</i>	<i>Tipo V</i>	<i>Tipo VI</i>
1744	32	16	143	36	3	0
1747	31	11	137	55	3	2
1749	23	16	142	47	2	1
1750	29	16	136	47	3	2
1758	68	18	143	34	1	1
1760	56	22	135	37	0	3

Fonte: Róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760).

interna, permitindo a identificação das estruturas residenciais e familiares dominantes, no recorte temporal 1744-1760. Classificação feita através da adoção da Tipologia de Cambridge⁴⁶, cujas vantagens da utilização deste modelo são a possibilidade de

⁴⁶ Proposta por Peter Laslett, e posteriormente utilizada por Norberta Amorim e Robert Rowland. Adaptando-se a tipologia ao estudo da nossa comunidade, tendo em vista a determinação do

comparação de resultados com outros estudos (nacionais e europeus). Apesar disso, a adoção deste modelo não se fez sem algumas dificuldades, dadas as características da própria comunidade.

A Tabela 3 é o resultado do levantamento sistemático de cada agregado ao longo dos anos, categorizando-as segundo a sua composição interna. Assim sendo, e como é típico em toda a Europa Ocidental, há um claro predomínio do tipo III de família⁴⁷, com um peso médio de 57.33%, de famílias simples, valor muito próximo de outras comunidades portuguesas, nomeadamente a Paróquia da Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira (57.2% em 1745)⁴⁸ e próximo de Bilhó (53% em 1760).⁴⁹ Em contraste, temos a comunidade de N.S. da Encarnação da Ameixoeira em Lisboa, que nos anos 50 do século XVIII oscila o peso de famílias tipo III entre os 30 e 40% do total.⁵⁰ Apesar de próxima da realidade do norte português (exemplo de Bilhó – Mondim de Basto, e ainda Paróquia da Colegiada de N. S. da Oliveira – Guimarães), Santiago de Bougado contrasta com a realidade comunitária do sul de Portugal, tal como era espectável; aproximando-se, no entanto, da realidade do sul de França que oscilava o peso de famílias simples (tipo III) entre os 51 e 55% do total. Apesar desta proximidade com a realidade francesa, há uma enorme discrepância no que toca a famílias tipo IV, ou seja, famílias simples com um elemento sem relação conjugal, uma vez que a nossa comunidade apresenta valores em torno dos 20%, longe dos 41/ 42% franceses. Logo aqui, percebemos que a nossa comunidade não se encontra totalmente debaixo do modelo apontado para o noroeste português, que preveria um peso de famílias tipo IV muito mais significativo.

Contudo, a conclusão mais interessante em relação à estrutura das famílias relaciona-se com o peso dos agregados isolados, apresentando estes um peso significativo, especialmente no período 1758 – 1760, 30.83 % do total, sendo que ganha

modelo de agregado dominante e a evolução das formas de organização da vida familiar na paróquia de Santiago de Bougado, estabelecemos assim seis tipos de agregado, a saber: 1) Agregados domésticos de pessoas sós; 2) Agregados domésticos de várias pessoas sem relação conjugal aparente; 3) Agregados domésticos de famílias simples; 4) Agregados domésticos de famílias simples alargadas; 5) Agregados de famílias múltiplas; 6) Agregados domésticos de estrutura indeterminada.

Categorizando desta forma os agregados é possível aferir o tipo de relações estabelecidos entre os seus membros (consanguinidade, trabalho ou outras), bem como o tipo e número de núcleos familiares.

⁴⁷ Famílias simples (casais sem e com filhos; pessoas a viver com filhos sendo viúvas ou solteiras).

⁴⁸ Norberta Bettencourt Amorim, *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães: 1734-1760* (Guimarães: Edição da autora, 1983), 19.

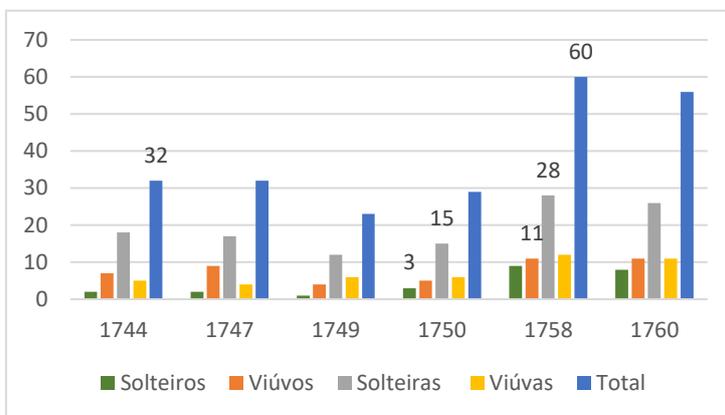
⁴⁹ Robert Rowland, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: Questões de partida para uma investigação comparada." *Ler História* (1984): 24.

⁵⁰ Ana Rita Coelho Ribeiro, "Aspetos sociodemográficos", 245-264.

um significado crescente ao longo do período estudado, acompanhando a evolução de outras variáveis estudadas.

De notar que estes elementos isolados teriam de ter a capacidade de se sustentar isoladamente, trabalhando e suportando todo o tipo de impostos e imposições, reais, senhoriais ou religiosas. Estas difícil sobrevivência torna mais curiosos estes valores. Daí ter sido feita uma análise

Gráfico 3. Composição de agregados Tipo I (1744-1760)



Fonte: Róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760).

interna desses agregados (Gráfico 3). Como podemos observar, há uma predominância clara dos elementos femininos (em média 70%), principalmente solteiras, o que poderá significar que, tal como em Santa Marinha de Gontinhães⁵¹, as mulheres, que na maioria das vezes acompanhavam os seus pais ou cabeças até à hora da morte, eram agraciadas e beneficiadas nos documentos testamentários (isto na ausência dos irmãos que já haviam partido procurando condições para fundar um novo lar).⁵² Este raciocínio explicaria em grande medida este predomínio de solteiras nos agregados tipo I, e ainda a baixa taxa de masculinidade na nossa comunidade, de 72 homens por 100 mulheres⁵³ (o que também pode ser justificado por fatores naturais, como o nascimento de mais mulheres e a típica maior taxa de mortalidade masculina).

A diferenciada geografia social da paróquia pode levar-nos, uma vez mais, a uma melhor interpretação dos resultados, dada a maior heterogeneidade dos mesmos. Para conseguir essa visão, estabelecemos quatro grupos, segundo um reagrupamento das categorias da tipologia de Cambridge, notando-se um predomínio claro da família Tipo III em todos os lugares, apesar de não ser absoluto, pois por exemplo em Lantemil não é o predominante, representando apenas 33.33%. E apesar de predominante, no lugar

⁵¹ Maria Aurora Rego, *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, sociedade e família*, (Braga: Universidade do Minho-Instituto de Ciências Sociais, 2012), 333.

⁵² Esta lógica aplicasse para aqueles que uma vez partindo não retornavam.

⁵³ Jorge Alves, Gaspar Martins Pereira, "Comportamentos nupciais na Terra da Maia em fins do Antigo Regime." *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 8/9 (1990): 38.

da Trofa o peso do tipo III de família aproxima-se dos 77%, fazendo lembrar os dados obtidos em estudos em Inglaterra ou França do Norte.⁵⁴

Vários são os exemplos de agregados isolados compostos por solteiras, a começar pelo fogo n.º 15 do lugar de Cedões em 1744, encabeçado por Michaela Solteira, coabitado pela sua e irmã Josefa, que após o falecimento da cabeça em 1747 assume isoladamente o agregado. Contudo, dois anos depois, deixa de surgir no rol, demonstrando as dificuldades de possuir um lar isoladamente; fica-

Tabela 4. Estrutura das famílias em Rouen

Tipos de Famílias	Categorias			Nº de famílias
	I e II (%)	III (%)	IV e V (%)	
Burgueses / mestres artesãos	40.2	52.4	7.5	956
Jornaleiros / obreiros	41.5	56.1	1.7	172

Fonte: Adaptado de Amorim, *Exploração de Róis*, 22.

no entanto, por responder qual o destino desta, se a migração ou o casamento. Outros casos, no entanto, como o do fogo n.º 7 de Lantemil, composto apenas por Ana Solteira, assim permanece de 1744 a 1760.

Mais uma vez, o período 1750-1758 aparece-nos como um hiato de grandes alterações; já vimos que é um período de crescimento generalizado, populacional (maiores e menores), do número de fogos, e, como mais à frente verificaremos, do número de ausentes. O aumento de agregados Tipo I e II neste período, é em parte um reflexo do aumento de fogos na paróquia, que poderia ser consequência da fundação de novos agregados. Ou reflexo de uma alteração na estrutura dos agregados, o que justificaria o decréscimo dos agregados Tipo III e IV. Essa mudança pode estar relacionada com a mortalidade, que daria origem a viuvezes relativamente precoces, o que justificaria um agregado isolado e não um simples (viúvo com filhos). Para tal justificação concorrem os picos de mortalidade em 1751, 1753 e 1755. Aqui, a mortalidade justificaria a aplicação dos instrumentos testamentários, ou seja, a execução de doações e conceções testamentárias. Se tivermos em conta que essas doações garantiriam o acesso à terra, e como tal uma forma de sustento, e que grande parte dos beneficiários eram solteiros, temos aí uma justificação para o aumento de agregados isolados para o período. A mesma lógica poderia ser aplicada aos agregados sem relação conjugal, na medida em que muitos dos beneficiários de testamentos ficariam com dependentes ao seu encargo, nomeadamente os irmãos (em 1758

⁵⁴ Como testemunha a obra: Amorim, *Exploração de Róis de Confessados*, 22-23.

corresponde a 55, 55% dos casos destes agregados). Muitos deles continuam parte do agregado, isto para evitar a fragmentação da propriedade, porque os irmãos só abandonavam o agregado familiar após receberem as "legítimas". Até lá viviam na dependência do irmão cabeça de agregado (aquele que havia recebido por testamento o domínio útil da propriedade, e por isso obrigado a pagar as legítimas como forma de compensação).

Se em relação aos agregados simples não há grandes diferenças, o mesmo não se pode dizer dos agregados de Tipo I e II (isolados e sem relação conjugal), ou dos agregados complexos (Tipo IV e V), uma vez que de lugar para lugar as diferenças são mais nítidas. Estas diferenças poderão ser reflexo de uma organização social da própria paróquia, se tivermos em conta os dados recolhidos para o bairro de *St. Nicaise* em *Rouen*.⁵⁵ No ano de 1758, o lugar de Lantemil apresenta valores idênticos ao bairro do Rouen (40%), no que toca às categorias I e II em famílias de burgueses e mestres artesãos; poderemos afirmar que também Lantemil era constituído por burgueses (neste caso, talvez grandes proprietários) e mestres artesãos? Tendo em conta este aspeto, e a prevalência de servidores em 33% dos fogos deste lugar neste ano, sim. Contudo, se tivermos em conta, como mais à frente veremos, que a migração é um fenómeno mais relevante em famílias mais carenciadas⁵⁶, como explicar que Lantemil apresente em 1744, 1747, 1750 uma percentagem de ausentes a rondar os 17%? Poderia este lugar ser representativo de duas realidades? Os dados recolhidos não permitem decifrar a imagem que responderia a estas perguntas, só o utilizar de fontes de cariz profundamente económico e social (registos de décimas, notariais, etc.) é que poderiam nos oferecer essa imagem. Contudo, fica patente uma diferenciação social entre os vários lugares da paróquia, que apesar de tudo não claros a tipologia de dados recolhidos.

Em suma, no que à composição familiar diz respeito, percebemos que há um claro predomínio das famílias simples, dentro do modelo projetado para esta região do país, embora o peso das famílias alargadas (Tipo IV e V) se apresente aquém do modelizado. Tal parece dever-se ao maior peso de agregados isolados e sem relação conjugal (Tipo I e II), na medida em que estes têm uma representação significativa, não comparável com os outros estudos consultados. Através dos róis de confessados não conseguimos decifrar o porquê deste fenómeno; bem como não foi compreensível o porquê e, acima de tudo, qual a diferenciação social da paróquia, apesar de ser

⁵⁵ Amorim, *Exploração de Róis de Confessados*, 22.

⁵⁶ Acerca desta visão ver: Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 105.

perceptível na tipologia de agregado por lugar. Assim, apesar de apresentar dados sobre a composição dos agregados, alguns deles curiosos, não conseguimos neste trabalho uma profunda caracterização familiar da paróquia.

4. Dinâmicas familiares: a evolução de um fogo (exemplos por lugares entre 1744 e 1760)

Embora para dimensionar as questões levantadas não se possa abrir mão da estatística, os exemplos de fogos poderão dar-nos uma imagem que a estatística necessariamente ignorou. Portanto, selecionou-se em cada lugar um fogo que se enquadrasse em tipologias específicas, e de seguida acompanhou-se a evolução do mesmo no período entre 1744-1760⁵⁷, isto para infirmar algumas das hipóteses levantadas, levantar outras, e acima de tudo completar a caracterização familiar anteriormente feita.

a) Cedões – Fogo n.º 15 (1744)

Em 1744 era este fogo encabeçado por Michaela Solteira, estando esta acompanhada por sua irmã Josefa. Ambas solteiras e de maioridade, com os sacramentos administrados (comunhão e confissão). Dada a relação entre os seus dois elementos, este fogo é de tipo II, até 1747, ano em que a cabeça do fogo falece e, como tal, é a sua irmã Josefa que passa a encabeçar o agregado. O último registo que temos deste fogo é de 1748, já como tipologia I, uma vez que Josefa continuava como único elemento do agregado. A inexistência de dados relativos aos anos subsequentes, poderão ser sinal de mudança de lugar ou paróquia por parte de Josefa, ou mesmo o seu falecimento. Este desaparecimento é demonstrativo da dificuldade de manter um agregado isoladamente, sendo que neste caso apenas o consegue fazer durante dois anos.

b) Trofa – Fogo n.º 1 (1744)

O primeiro fogo arrolado para o lugar da Trofa no ano de 1744 era composto por uma família simples: dois pais, José Carvalho (cabeça) e Maria da Silva (sua mulher); três filhos, Maria (menor com 10 anos), Josefa (menor com 8 anos) e Ana (menor com 7 anos). No ano de 1747 ao agregado anterior é acrescentado um filho, José ainda

⁵⁷ Acompanhamento ano a ano, exceto os anos de 1745, 1746, 1756, 1757, 1759 por inexistência de fonte. Note-se ainda que a enumeração dos fogos não existe nos róis e foi feita por contagem.

menor de comunhão, uma vez que tinha ainda 8 anos; por outro lado, Josefa, filha, já com 11 anos ausenta-se do fogo, regressando logo no ano de 1748. Já em 1749 é a vez de Ana, com 12 anos, ausentar-se do lar, voltando apenas aos 21 anos (1758). Interessante observar que Ana volta no mesmo ano em que sua irmã Maria abandona o agregado, possivelmente para se casar. Mais tarde, em 1760, Josefa (24 anos) e José (21 anos) abandonam o lar, ficando apenas os pais e Ana com os seus 23 anos.

Como podemos observar apesar de não alterar a sua tipologia, este agregado sofre múltiplas mutações, fruto de contextos diversos. Tende, no entanto, sempre manter um equilíbrio, fundamental para responder às necessidades do lar.⁵⁸

c) Lagoa – Fogo n.º 1 (1744)

Em 1744, Jerónimo Ferreira (34 anos) encabeçava o fogo n.º 1 do lugar da Lagoa. Era acompanhado pela sua esposa Josefa da Costa, e a sua filha ainda menor de comunhão (8 anos) Maria. Em 1747 este agregado mantém a sua estrutura enquanto agregado simples (tipo III), apesar de lhe ser acrescentado mais um elemento, Ana, filha, ainda menor, com 7 anos; em 1748 a mesma lógica mantêm-se com o acrescentar do filho Domingos, de 7 anos. Um ano mais tarde, Maria, já com 13 anos, ausenta-se do lar (voltando apenas em 1760). O agregado vai crescendo com o aparecimento de João Filho (7 anos) em 1753, e ainda dos filhos Teresa e Domingos B⁵⁹, em 1755. No mesmo ano de 1755, Ana e Domingos (ambos com 17 anos) ausentam-se do lar não regressando, pelo menos até 1760.

Tal como o agregado anterior também aqui não houve uma alteração na tipologia do agregado, embora a dimensão real do fogo tenha oscilado de ano para ano. Este facto é importante, na medida em que a tipologia de família deixa escapar a imagem da dimensão dos fogos, aspeto relevante nas respostas tomadas por cada fogo. Patente tanto aqui, como no anterior fogo, em ambos os casos, ausentem-se ao atingirem determinada idade.

d) Lantemil – Fogo n.º 7 (1744)

Tendo a tipologia I apresentado valores significativos no lugar de Lantemil, optamos por seleccionar um agregado correspondente a esta tipologia, de forma a percebermos a sua evolução. Assim sendo, seleccionamos o fogo n.º 7 composto em

⁵⁸ Tal fica patente na mobilidade das filhas, no regresso de Ana ao lar e o abandono de Maria.

⁵⁹ Homónimo do primeiro filho Domingos. Para evitar confusões será referido como Domingos B.

1744 unicamente por Ana Solteira, mulher que acabaria por permanecer isoladamente durante todo o período de análise (1744-1760).

e) Bairros – Fogo n.º 6 (1744)

Tendo em vista uma seleção de agregados que abrangessem as principais tipologias e estados civis, de forma a cobrir todos os grupos da população, selecionamos para Bairros o fogo n.º 6, composto por Luís António viúvo. Permanece nesta condição, e como tal o seu agregado permanece como isolado (tipo I) até à sua morte em 1751. Apesar de não termos dados relativos à sua idade, podemos calcular que Luís António já teria uma idade avançada, e como tal um segundo casamento não teria sido a sua opção.

f) Cidai – Fogo n.º 15 (1744)

Tendo em vista um exemplo de agregado tipo IV, selecionamos no lugar de Cidai fogo n.º 15. Encabeçado por Silvestre de Araújo Costa, este agregado era composto por mais 5 elementos, entre eles sua mulher Maria Domingues (32 anos) e ainda os seus filhos: Manuel, *Jero*, e João, estes dois últimos ausentes no ano de 1744. O fogo era ainda composto por um criado, Domingos (25 anos). No ano de 1747, o agregado aparece arrolado apenas com o cabeça, Silvestre de Araújo Costa e a sua criada Maria, pelo que há uma mudança de tipo de agregado de tipo IV para tipo II. No ano seguinte, retoma-se o registo de sua mulher, Maria Domingues, acrescentando ao do cabeça e da sua criada, retomando a estrutura de tipo IV; em 1751, permanece a estrutura tipo IV, mas juntou-se ao agregado mais uma criada também ela Maria (b). Mais tarde, em 1755, o agregado muda de novo de estrutura, desta feita por causa da morte de Maria Domingues, mulher do cabeça de fogo; passando de novo para uma estrutura de tipo II, agora com Silvestre Costa e sua criada Maria, uma vez que a sua criada Maria B se encontrava ausente. Logo no ano seguinte, 1756, Silvestre Costa surge como único elemento de um agregado isolado, desaparecendo do fogo as suas criadas; mais uma vez o agregado de Silvestre sofre uma mutação, passando assumir-se como um agregado isolado até 1760, ano em que deixa de surgir no arrolamento.

Através deste exemplo ficou patente a volatilidade dos agregados tipo IV, uma vez que a maioria deles é composta por servidores, que por sua vez são um grupo extremamente móvel e como tal provocam mutações nas estruturas dos mesmos agregados. Ficou, no entanto, por perceber a omissão repentina do registo dos filhos, tal como o não registo da mulher de Silvestre Costa em 1747.

g) Maganha – Fogo n.º 2 (1744)

Continuando nos exemplos de tipologia IV, selecionou-se para o lugar da Maganha o fogo n.º 2, do qual faziam parte 3 elementos. Destes, Luísa João, viúva, era o Cabeça e tinha como companhia a sua filha Custódia de 14 anos e Ana João sua irmã. A sua estrutura e dimensão mantêm-se até 1751, ano em que Luísa João falece, a partir do qual Ana João assume a gestão do lar como cabeça, sendo secundada pela sua sobrinha Custódia, que apesar dos seus 21 anos não se assume como cabeça do lar. Nesta altura o agregado deixa de se identificar como de Tipo IV para se identificar como de Tipo II, por se tratar de Tia e Sobrinha. No ano de 1755 dá-se nova mutação, uma vez que Custódia não é mais registada como parte deste agregado, permanecendo apenas Ana João, desta feita já como agregado isolado. Mais uma vez, fica patente que a mudança para agregado isolado dificulta a sobrevivência do mesmo, pois o agregado acaba por desaparecer do rol em 1758.

A classificação dos agregados domésticos possibilitou-nos observar mudanças sociais ocorridas no interior da comunidade. Ao mesmo tempo, este acompanhamento sistemático de vários tipos de agregados mostra as dinâmicas no interior de cada fogo, percebendo dessa forma estratégias familiares para lidar com as oscilações na dimensão dos agregados, aspeto que completa a visão estatística oferecida primeiramente. Era comum agregados domésticos de grande dimensão (relativa), nos primeiros anos da vida matrimonial e de menoridade dos filhos, fosse diminuindo com a saída dos filhos, por motivos quer pessoais, quer profissionais. Contudo, é visível a permanência de um dos filhos na casa dos pais, principalmente na situação de viúvo/a, uma vez que cabia a este as funções de amparo e proteção dos mais velhos (exemplo do lugar da Trofa).

Inserindo estas conclusões no contexto europeu, de forma a compreender melhor os comportamentos familiares da região, e tendo em conta as propostas apresentadas por Laslett, no concerne à estrutura dos agregados familiares, podemos concluir que a paróquia de Santiago de Bougado (1744-1760) se insere no modelo da região "Oeste e Noroeste"⁶⁰, dado o número elevado de agregados de tipo III e de tipo I. Sendo que há um número considerável de agregados tipo I, quando comparado com outras comunidades, a razão para tal não acontecer foi encontrada nos dados recolhidos; uma leitura de carácter mais económico e mesmo social, recorrendo a

⁶⁰ Modelo Europeu sugerido por Laslett: Peter Laslett, e R Wall, *Household and family in Part Time* (Cambridge: 1972).

registros notariais e outras fontes mais descritivas, poderia oferecer respostas mais satisfatórias.

5. Mobilidade Geográfica: uma aproximação

Tabela 5. Percentagem de ausentes na população maior de 7 anos

Lugares	1744	1747	1749	1750	1758	1760
Cedões	3,7	5,5	1,85	1,79	7,27	11,86
Trofa	13,2	11,54	12	5	19,56	21,74
Lantemil	16,98	17,31	10	17,5	12,96	13,04
Cidai	10,11	7,06	9,2	9,93	9,21	11,32
Maganha	15,38	16,67	14,28	9,47	15,55	11,11
Bairros	5,31	1,8	5,67	5,55	4,09	7,56
Lagoa	14,59	10,53	14,39	14,18	15,61	14,95
Total	11,16	9,58	10,97	10,37	12,11	12,69

Fonte: Róis de confessados de Santiago de Bougado (1744-1760).

No que à mobilidade geográfica diz respeito, este trabalho apenas fez uma aproximação da variável. Assim sendo, focaremos apenas o peso daqueles que se ausentavam anualmente, não sabendo, no entanto, qual o tipo ou motivo dessa ausência. Para tal seria necessário o cruzamento com muitos outros testemunhos coevos. Apesar disto, sabemos, graças ao trabalho de Jorge Alves, que o fenómeno da mobilidade geográfica desta comunidade se caracteriza pelo maior número de entradas do que de saídas⁶¹, numa lógica de compensação daqueles que acabavam por sair da comunidade.⁶²

Contudo, vemos através da tabela 5, que o peso anual daqueles que abandonavam a comunidade ainda era significativo, cerca de um décimo da população total registada. Na sua maioria solteiros de ambos os sexos, apesar do predomínio masculino. Tal como proposto inicialmente, a mobilidade geográfica está associada a lógicas familiares e ao mesmo tempo comunitárias, e como tal as variações percentuais que podemos observar na tabela supra, estão ligadas à evolução das próprias famílias.

⁶¹ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*, 104.

⁶² Alves e Pereira, "Comportamentos nupciais", 135.

Senão, vejamos. Para o período 1744-1747 assistimos a um decréscimo do número de ausentes e, ao mesmo tempo, decresce o número de famílias simples e aumenta o de alargadas. Assim sendo, podemos presumir que há uma maior capacidade das famílias em suportarem um cada vez maior número de elementos, graças a uma maior facilidade de acesso a terra útil? Ou, por outro lado, poder-se-á associar às conjunturas locais, nomeadamente à construção da Igreja paroquial. A resposta não imediata, apesar de ser espectável a responsabilidade dos dois fenômenos.

Entre 1750 e 1760 a percentagem de ausentes cresce mais de dois pontos percentuais, acompanhado um crescimento genérico de todos as outras variáveis abordadas neste trabalho. Assim, o aumento do número de ausentes poderá ser reflexo do crescimento populacional, pois as famílias eram incapazes de suportar mais elementos no mesmo fogo, daí um maior número de indivíduos procurar novas oportunidades fora do seu agregado. Todos os outros fatores sofrem uma quebra no período 1758-1760. No entanto, o número de ausentes continua o seu crescimento, mostrando que comunidade e famílias continuavam a necessitar de distribuir os "seus filhos". Contudo, as saídas da comunidade não representam só as migrações de cariz repulsivo, os motivos para este fenómeno são muito mais complexos. Poderiam ser movimentos de formação, como ficou patente em várias famílias estudadas, muitos são os jovens que por volta dos seus 10 a 15 anos se ausentam, regressando anos mais tarde ao agregado (exemplo dos agregados n.º 1 da Lagoa e Trofa em 1744⁶³). Estes são exemplos de mobilidade relacionada com a formação dos mais novos, que eram enviados para casa de senhores para aprenderem as lides domésticas, uma arte mecânica ou mesmo a faina agrícola, apesar de não os conseguirmos distinguir através dos róis.

Numa visão mais fina podemos observar uma maior prevalência de ausentes em alguns lugares da paróquia, bem acima da média desta. Exemplo de Lantemil que, em

⁶³ Em 1744, Jerónimo Ferreira (34 anos) encabeçava o fogo nº 1 do lugar da Lagoa. Era acompanhado pela sua esposa Josefa da Costa, e a sua filha ainda menor de comunhão (8 anos) Maria. Em 1747 este agregado mantém a sua estrutura enquanto agregado simples (tipo III), apesar de lhe ser acrescentado mais um elemento, Ana filha ainda menor com 7 anos; em 1748 a mesma lógica mantêm-se com o acrescentar do filho Domingos de 7 anos. Um ano mais tarde, Maria já com 13 anos ausenta-se do lar (voltando apenas em 1760). O agregado vai crescendo com o aparecimento de João Filho (7 anos) em 1753, e ainda dos filhos Teresa e Domingos B. em 1755. No mesmo ano de 1755, Ana e Domingos (ambos com 17 anos) ausentam-se do lar não regressando, pelo menos até 1760. Apesar de não haver uma alteração na tipologia do agregado, a dimensão real do fogo oscilou de ano para ano. Este facto é importante, na medida em que a tipologia de família deixa escapar a imagem da dimensão dos fogos, aspeto relevante nas respostas tomadas por cada fogo. Aspeto patente tanto aqui, como noutros fogos analisados; em ambos os casos elementos ausentem-se com o atingir de determinada idade de outros.

1744, 1747 e 1750 tinha mais de 17% da população ausente, cerca de seis pontos percentuais acima da média da paróquia. Como justificar estes valores? Usando o raciocínio de Jorge Alves de que "não admira que a migração não seja a expressão de toda a comunidade, mas apenas de algumas famílias, as mais carecidas de terra, com maiores dificuldades de sobrevivência"⁶⁴, podemos equacionar que estes terão sido anos difíceis para as famílias deste lugar, com o agravamento das condições para sobrevivência, dado o crescimento de 4.08% da população (1744-1747) e ainda o acrescentar de 3 fogos entre 1749-1750. Contudo, o valor mais curioso é relativo ao lugar da Trofa em que, nos anos de 1758 e 1760, quase ¼ da população estava ausente (19.56% e 21.74% respetivamente). Tal valor pode ser justificado pelo facto de até 1750 este lugar estar a perder população e, de repente, entre 1750 a 1758 o registo de maiores de 7 anos crescer 15%. Parece que a própria aldeia não consegue absorver esta população, o que os leva a procurarem a migração. Essa resposta garantiu um equilíbrio à aldeia, que rapidamente se refletiu no registo da população, estabilizou entre 1758 e 1760 (0%). Este exemplo comprova o papel das migrações como fator de equilíbrio entre população e meios de produção. Esta mobilidade era facilitada pelo facto de o lugar se encontrar numa posição privilegiada, junto de um movimentado eixo viário (estrada real que ligava Porto a Braga). Por outro lado, temos de ter em conta que o número de indivíduos registados nesta aldeia passou de 40 para 46, no período entre 1750-1758, altura em que o número de ausentes passou de 2 para 9. Seria espectável que o número de indivíduos diminuísse, mas tal poderá não acontecer pelo facto de o lugar estar a receber população vinda de fora. Contudo, isto levanta-nos uma questão: por que razão este lugar em particular estava a "expulsar" população e ao mesmo tempo a "atrair" população? Apesar de não possuímos dados específicos que o comprovem, podemos responder com o facto de a emigração corresponder a estratégias familiares de transmissão de património muito particulares; ou por outro lado corresponder às necessidades da comunidade, podendo nem sempre estratégias comunitárias e estratégias familiares serem concordantes.

Se é verdade que "um dos traços mais marcantes das populações do Antigo Regime, que as diferencia do mundo contemporâneo, é a limitada mobilidade"⁶⁵, a pouca existente na comunidade assume um papel primordial nas lógicas familiares e comunitárias, como fator de equilíbrio.

⁶⁴ Alves, *Uma comunidade rural do Ave*, 109.

⁶⁵ Inês Amorim; Amélia Polónia e Helena Osswald, *O Litoral em Perspetiva Histórica (séc. XVI a XVIII): Actas* (Porto: IHM-UP, 2002), 188.

Conclusão

Tal como proposto inicialmente, este trabalho centrou-se no estudo das famílias e da mobilidade geográfica (migrações) na paróquia de Santiago de Bougado (1744-1760), com base na exploração dos róis de confessados. Dada a ligação entre a nossa problemática e a evolução demográfica, efetuou-se primeiramente um enquadramento demográfico da paróquia para, de seguida, caracterizarmos a estrutura familiar e finalmente a própria mobilidade geográfica.

No que à evolução demográfica (população registada e fogos registados) diz respeito, verificamos um ligeiro decréscimo da população entre 1744 (815) e 1760 (804), que não encontra correspondência no crescimento do número de fogos, mais 23 no mesmo período de tempo. Apesar de o nosso período de 16 anos corresponder a um recorte temporal relativamente pequeno, encerra em si pequenos períodos de grandes modificações. Falamos essencialmente do período entre 1750/1758, período em que se verifica um acentuado crescimento das múltiplas variáveis levantadas (maiores, menores, total, ausentes, fogos), crescimento que, apesar de tudo, foi-nos impossível justificar. Num contexto de continuação deste projeto seria de extrema importância o aprofundar deste período através, não só da análise dos róis de confessados, mas ainda de outro tipo de fontes seriais, da reconstrução de famílias e outros que perseguissem indivíduos e respetivas famílias.⁶⁶

Os dados correspondentes a este período de tempo provam que apesar de vários estudos analisarem a mesma fonte para um mesmo período, podem olhar de forma diferente para essa mesma realidade. No nosso caso, o perigo de repetição do trabalho do professor Jorge Alves⁶⁷ era imenso, contudo o estudo de períodos de tempo mais curtos e concretos permitiu a observação de outras realidades, aproximando-se de uma análise mais micro. Por outro lado, esta visão geral da demografia da paróquia permitiu ver que a comunidade sofria de uma acentuada macrocefalia, que fora acentuada no período em análise, em que o lugar/ aldeia da Lagoa apresentava valores (população maior de 7 anos, fogos, maiores e menores), sempre muito acima da média.

No que se refere à estrutura familiar o modelo de análise adaptado, a Tipologia de Cambridge, correspondeu às nossas intenções de uma caracterização da paróquia e posterior cruzamento com outras realidades. Esta adaptação permitiu notar uma predominância de famílias simples (Tipo III) em agregados de média dimensão (uma

⁶⁶ Nomeadamente documentação notarial e outro tipo de testemunhos da comunidade, sejam de carácter económico, social, religioso e etc.

⁶⁷ Alves, *Uma comunidade Rural do Ave*.

dimensão média de 3,36 hab./fogo segundo os róis de confessados, sendo que pudemos apontar para um valor ligeiramente mais alto tendo em conta a omissão dos menores de 7 anos⁶⁸). Estes resultados acabam por não ser muito díspares de outras comunidades, como a Comunidade vimaranense da Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira (57.2% na tipologia III); enquanto que no que diz respeito à dimensão média dos agregados domésticos vemos que a média se aproxima do valor levantado por Fernando Sousa para a comarca do Porto de 3.5 hab./fogo em 1794/1795.⁶⁹ Também os resultados relativos aos tipos V e VI (agregados múltiplos e complexos) apresentam-se genericamente próximos de outras realidades, como já referido atrás.

Não obstante estes resultados, verificamos um peso significativo de agregados isolados e sem relação conjugal (tipos I e II) acima dos 20% nos 16 anos de análise. Por si só já é um resultado significativo, contudo estes valores têm maior peso a partir de 1750 onde ronda os 30%. Tal como foi demonstrado, são valores sem justificação aparente, apesar das várias hipóteses levantadas. Mais uma vez, o período 1750-1758 aparece como tempo de grandes mutações, neste caso no que diz respeito às próprias famílias.

Por fim, abordámos a problemática da mobilidade geográfica à luz dos róis de confessados, e, apesar de limitada, esta visão constitui um importante indicador para a interpretação de todas as outras variáveis levantadas e analisadas. Percebemos que se trata de um fenómeno capaz de responder aos (des)equilíbrios de cada agregado, e como forma de capacitação para a fundação de um novo lar. As migrações tinham ainda um carácter formativo expresso nas idades dos migrantes. As migrações assumem, assim, formas concretas nas mais variadas estruturas familiares, correspondendo em parte ao nosso intento inicial da caracterização de migrações por tipos de agregados. Foi ainda possível observar como as migrações respondem de forma diferente aos problemas das famílias e da comunidade.

Além do mais, identificaram-se micro-realidades dentro da própria paróquia, o que nos leva a ter cautelas quanto ao generalizar de resultados extensíveis a toda a comunidade. Exemplo claro destas disparidades é o caso do lugar de Lantemil, que apresenta um peso de agregados tipo I e II bem acima da média da paróquia e dos outros lugares. Destas disparidades podemos conjeturar uma realidade social, familiar e económica díspar de lugar para lugar, o que corresponderia a uma paróquia

⁶⁸ A utilização dos registos de paróquias através da reconstrução de famílias permitiria atestar a dimensão média real da paróquia.

⁶⁹ Fernando de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX* (Lisboa: 1979).

multiforme. Mais uma vez, essa conjectura só ficaria atestada com uma exploração mais sistemática e profunda da nossa fonte, por um lado, e, por outro, através da convergência com outra tipologia de fontes.⁷⁰ Sublinhe-se que o peso dos ausentes no lugar da Trofa é também ele muito díspar relativamente aos valores do resto da comunidade. Isto alerta-nos para o facto de a atribuição de modelos ter de ser feita com cautelas e, acima de tudo, ter que ter em conta as características de micro - realidades como as aldeias.

Algo comum a todas as variáveis analisadas ao longo do estudo são as consideráveis mutações no período entre 1750-1758, sendo que, à partida, era espetável, na medida em que se trata do nosso maior intervalo temporal. Contudo, a dimensão dessas mudanças levanta um conjunto de questões que os próprios róis podem responder, sendo que para tal a sua análise teria de ser muito mais profunda; ou seja, teria de se efetuar um acompanhamento se não pessoa a pessoa, pelo menos fogo a fogo, olhando para a evolução dos mesmos ao longo deste período de transformações. Tal opção acabou por ficar de fora deste trabalho, uma vez que tempo disponível era escasso.

Ficou ainda bem explícita a importância dos róis de confessados para os trabalhos de demografia história, e ainda o seu profundo testemunho da realidade familiar e comunitária. Apesar de fundamentais, ficou para nós evidente que o estudo deste tipo de fontes carece de um cruzamento com outros testemunhos coevos.

Assim sendo, a prossecução deste projeto carece em particular da reconstituição de famílias através da utilização dos registos paroquiais, de forma sistemática, porque só através deste processo podemos ter a real dimensão de muitas das aproximações aqui feitas, por um a lado, pelo outro conseguiríamos respostas a muitas das perguntas levantadas.

⁷⁰ Exemplo: listas nominativas; livros paroquiais de assentos de batismos, casamentos e óbitos; Livros de Devassas; os livros das irmandades e confrarias; todo e qualquer assento judicial passível de servir direta ou indiretamente aos estudos demográficos; listas de derramas; listas de alistamento militar (Ordenanças); listas de pagamento de foros. Sendo que sabemos que à priora algumas destas fontes não existirão.

Fontes

Memória Paroquial/Dicionário Corográfico de Portugal. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Bougado, Maia, 1758. PT/TT/MPRQ/7/52. Consultado em maio 2016. <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4239303>

Rol de Confessados. Trofa: Arquivo Municipal da Trofa, Paróquia de Santiago de Bougado, 1744-1760. PT/CMTRF/PRQ/PTR02.

Bibliografia

Alves, Jorge Fernandes, "Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, IX, (1989): 267-289.

— *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos Lda, 1994.

— *Uma comunidade rural do vale do Ave: S. Tiago de Bougado 1680-1849 (estudo demográfico)*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986.

Alves, Jorge Fernandes; Pereira, Gaspar Martins. "Comportamentos nupciais na Terra da Maia em fins do Antigo Regime." *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 8/9 (1990).

Amorim, Inês; Polónia, Amélia; Osswald, Helena. *O Litoral em Perspetiva Histórica (séc. XVI a XVIII): Actas*. Porto: IHM-UP, 2002.

Amorim, Norberta. *Exploração de Róis de Confessados numa Paróquia de Guimarães: 1734-1760*. Guimarães: Edição de autora, 1983.

— *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII – Estudo Demográfico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

Antoine, Michel; Chaunu, Pierre. "Histoire, science sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne". *Société d'édition d'enseignement supérieur*, 4 (1974).

Azevedo, P. Agostinho de. *A Terra da Maia (subsídios para a sua monografia)*. Porto, 1939, vol. I.

Braudel, Fernand (ed.), *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, 1979, vol. I.

Cipolla, Carlo Maria. *História económica da Europa pré-industrial*. Lisboa: Edições 70, 1991.

Cruz, António. *Nasoni: Arquiteto da Igreja de Bougado*. Porto: Cadernos Portucale, 1985.

- *O Reguengo de Bougado*. Porto: Imprensas Portuguesa, 1982.
- Cruz, Maria Antonieta, "Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil – Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX", *Revista de História*, VII (1986): 7-134.
- Goldey, Patrícia. "Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho (1876-1976)". *Análise Social* (1983): 995-1021.
- Laslett, Peter; Wall, R. *Household and family in Part Time*. Cambridge: 1972.
- Neto, Maria de Lurdes. *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º quartel do século XVIII: Ensaio de demografia histórica*. Lisboa: INE – Centro de Estudos Demográficos, 1959.
- Oliveira, António, "Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900". I *Conferencia Europea de la Comisión Internacional de Demografía Historica: Actas*. Santiago de Compostela: CIDH, 1993, 85-120.
- Polónia, Amélia. *A expansão Ultramarina numa perspetiva local: O Porto de Vila do Conde no século XVI (Vol. I)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.
- Rau, Virgínia. *Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI: resultados e problemas de métodos. Do tempo e da história*. Lisboa, 1965.
- Rego, Maria Aurora. *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, sociedade e família*. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 2012.
- Rezende, João Vieira de. *Monografia da Gafanha*. Coimbra: Instituto Para a Alta Cultura, 1944.
- Ribeiro, Ana Rita Coelho. "Aspetos sociodemográficos da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira". *População e Sociedade*, 1 (1995).
- Rowland, Robert. "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: Questões de partida para uma investigação comparada". *Ler História* (1984).
- Sousa, Fernando de; Alves, Jorge. *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- Sousa, Fernando de. *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Lisboa, 1979.